

## CONGRESSO

# Adiada votação sobre reajustes

*PT e PDT impedem decisão e criticam os aumentos para Executivo e Legislativo*

José Varella/AE—9/9/91

BRASÍLIA — Uma obstrução conduzida pelo PT e PDT impediu que o Congresso votasse ontem o projeto de decreto legislativo que aumenta substancialmente os salários do presidente da República, do vice-presidente, dos ministros de Estado e dos deputados e senadores. A falta de quórum obrigou a Mesa a convocar nova sessão extraordinária para hoje. Para os parlamentares do PT e do PDT, o projeto, de autoria da Mesa do Senado, fixa aumentos excessivos.

Denúncia do deputado Paulo Paim (PT-RS) aponta a existência de várias irregularidades no projeto. Ele se baseia num estudo feito pela assessoria técnica da liderança do PT na Câmara mostrando que o decreto eleva os vencimentos em quase 1.000%, quando a inflação do período foi inferior a 500%. Se aprovado, os ministros passariam a receber, em janeiro, Cr\$ 5,1 milhões (121 salários mínimos) e o presidente cerca de Cr\$ 10 milhões (238 salários mínimos).

Desde terça-feira, o presidente do Senado e um dos autores do projeto, Mauro Benevides (PMDB-CE), está empenhado em desmentir as estimativas do PT. "Não existe nada disso", garante. De acordo com o secretário-geral da Mesa, Guido Carvalho, se o projeto for aprovado como está os ministros receberão Cr\$ 1,65 milhão e o presidente Colôr Cr\$ 3,4 milhões.

**Inconstitucional** — Paim, porém, afirma que se esses dados estiverem corretos o projeto seria inconstitucional, porque os vencimentos do presidente ficariam inferiores aos dos deputados e senadores, que deverão subir para pelo menos Cr\$ 3,9 milhões. "Isso prova que os números estão sendo manipulados para esconder a verdade", sustenta Paim.

Para ele, o principal problema do projeto está no artigo 2º, que altera as bases de cálculo para o reajuste da remuneração dos ministros de Estado. Mantido o princípio de correção com base nos reajustes concedidos ao funcionalismo da União, o dispositivo divide o vencimento dos ministros em três partes: salário, representação e vantagem pecuniária para custear os gastos com moradia e manutenção. Paim sustenta que a discordância entre os números apresentados ocorreu porque a Mesa só levou em conta três dos seis reajustes concedidos aos servidores desde janeiro.



## Guerra de números

*Benevides nega que os salários aumentarão 1.000%: "Não existe nada disso"*